

Uma metodologia da Geografia Histórica aplicada a um tempo recente: o caso de Brasília/DF no período de 1964 a 1988

The use of one historical geography methodology in a recent time: the situation of Brasília/DF in the period of 1964 to 1988

Una metodología de la Geografía Histórica aplicada a un tiempo reciente: el caso de Brasília/DF en el período de 1964 a 1988

Adriano Bittencourt Andrade
Ministério da Defesa – Colégio Militar de Brasília
abittandrade@hotmail.com

Resumo

Este artigo trata da formação territorial do Distrito Federal e o faz a partir de bases metodológicas da Geografia Histórica. Estabelece análises no período de 1964 a 1988 e fragmenta, para fins de pesquisa primária de dados, o recorte espacial de acordo com as Regiões Administrativas formalmente definidas pelo governo do DF. Apresenta uma contextualização em três níveis escalares (mundial, nacional e local), identifica os agentes de produção do espaço para o período em foco, suscitando os principais papéis por eles assumidos e aprofunda a análise nos dados demográficos avaliando o papel do público imigrante na ocupação e produção do espaço de Brasília. O estudo dos resultados da pesquisa primária e secundária permite traçar algumas considerações acerca das principais transformações espaciais ao final do período estabelecido, mormente no tocante à ocupação física da região do entorno do Plano Piloto de Brasília.

Palavras-chave: Geografia Histórica; Governos Militares; Brasília/DF.

Abstract

This article deals with the territorial formation of the Federal District and does so from the methodological bases of Historical Geography. It establishes analysis in the period 1964 to 1988 and fragments, for primary data research purposes, the spatial cut according to the Administrative Regions formally defined by the Federal District (DF). It presents a contextualization at three scalar levels (global, national and local), identifies the agents of space production for the period in focus, raising the main roles assumed by them and deepens the analysis in the demographic data, evaluating

the role of the immigrant public in the occupation and production of the space of Brasília. The study of the results of the primary and secondary research allows us to draw some considerations about the main spatial transformations at the end of the established period, especially regarding to the physical occupation of the region around the “Pilot Plan” of Brasília.

Keywords: Historical Geography; Military Governments; Brasília/DF.

Resumen

Este artículo trata de la formación territorial del Distrito Federal y lo hace a partir de bases metodológicas de la Geografía Histórica. Establece el análisis en el período de 1964 a 1988 y fragmenta, para fines de investigación primaria de datos, el recorte espacial de acuerdo con las Regiones Administrativas formalmente definidas por el gobierno del DF. Presenta una contextualización en tres niveles escalares (mundial, nacional y local), identifica a los agentes de producción del espacio para el período en foco, suscitando los principales papeles por ellos asumidos y profundiza el análisis en los datos demográficos evaluando el papel del público inmigrante en la ocupación y producción del espacio de Brasília. El estudio de los resultados de la investigación primaria y secundaria permite trazar algunas consideraciones acerca de las principales transformaciones espaciales al final del período establecido, sobre todo en lo que concierne a la ocupación física de la región del entorno del Plano Piloto de Brasília.

Palabras clave: Geografía Histórica; Gobiernos Militares; Brasília/DF.

Introdução

Diversos são os estudos que tratam da dinâmica urbana de Brasília na contemporaneidade e no desenrolar das últimas sete décadas, desde a sua fundação. São estudos que tentam alcançar uma temática que possui múltiplas nuances e possibilidades de enfoque. O papel da metrópole brasileira e a sua unívoca dimensão e dinâmica contemporânea no cenário urbano brasileiro estimulam a continuidade da pesquisa e dos escritos sobre a capital federal e sua hinterlândia.

São muitos os desafios que se apresentam para quem se arvora a entender o complexo espaço urbano contemporâneo, notadamente no tocante à Brasília, cidade idealizada a longa data, porém planejada e densificada num breve período histórico. Impõem-se óbices de ordem conceitual, mas também operacional devido à complexidade do trato do território no nosso tempo nas variadas escalas de análise (mundial, nacional e local/regional)¹.

Certamente a capital federal do Brasil guarda diversos elementos comuns às demais manchas metropolitanas do mundo organizado segundo as prerrogativas do capitalismo, com todas as suas modernidades e mazelas, entretanto, há peculiaridades que a marcam e diferenciam. Nesse sentido, concorda-se com o arquiteto Frederico de Holanda quando este afirma que é redutora a leitura que se faz de que Brasília apresenta os mesmos problemas das outras cidades brasileiras ou, de forma mais abrangente, das

¹ Ver, respectivamente, Andrade (2010), Santos; Silveira (2001) e Paviani et.al (2010).

idades capitalistas em geral. Segundo o autor, há amenidades e problemas típicos da capital, dentre os quais ele relaciona:

Há sérios problemas quanto às baixas densidades edificadas, à alta dispersão da ocupação territorial, à perversa relação entre localização de empregos e localização de moradias, com excepcional concentração de comércio e serviços no centro metropolitano. As mais altas densidades habitacionais estão na periferia, contradizendo a realidade das demais capitais brasileiras [...] A infraestrutura urbana é subutilizada, o intenso movimento pendular entre áreas periféricas e o centro metropolitano impõe elevados custos socioeconômicos (mormente para os pobres), a ordem espacial não favorece sistemas de transporte de massa. As características de Brasília metropolitana são captadas mediante estes aspectos: fragmentação, densidade, dispersão, excentricidade e segregação socioespacial. (HOLANDA, 2010, p.47).

Paviani (2010a, p.84), em 1985, alertava que Brasília se assemelhava às grandes cidades brasileiras em termos de contingente populacional e complexidade funcional, mas era diferente “quanto ao povoamento polinucleado, com ocupação espacialmente dispersa e quanto à dinâmica e peso da intervenção do Estado neste mesmo processo”.

Esses autores, dentre outros, propugnam especificidades que caracterizam Brasília. Acompanhando esse entendimento, parece fundamental apresentar informações, dados e “diálogos” com outros autores de forma a construir a problemática que define o objeto deste texto.

É nesse contexto que aqui se apresenta uma proposta de análise da dinâmica territorial do Distrito Federal (DF) fortemente apoiada na Geografia Urbana Histórica. Utilizando-se de fontes documentais, de campo e bibliográficas, desenvolve-se o texto no recorte temporal de 1964 a 1988.

Apoiados em trabalhos escritos algures sobre períodos anteriores que levaram à implantação da nova capital federal e mesmo aos primeiros anos que sucederam à sua criação/edificação, apresenta-se aqui, circunscrito ao período da ditadura militar e os poucos anos subsequentes do processo de redemocratização, uma análise da dinâmica territorial e, fundamentalmente, a identificação e ação dos principais agentes de produção daquele espaço urbano.

Ressalva-se que demarcar o início e final de períodos temporais implica em riscos derivados das opções de caráter metodológico e determinação de um corte cronológico (ANDRADE, 2007). Tem-se consciência da relativa inércia espacial e que a escolha de eventos balizadores, fundamental para a qualquer periodização, tende a representar dinâmicas espaciais anteriores ou, a partir do fato político, econômico, demográfico e/ou social, repercutir espacialmente nos anos que seguem. Com esse entendimento, fez-se a opção pelo final do período para o ano de 1988, considerando que aí iniciava o último mandato para o governo do DF sem eleições diretas e que o autoritarismo associado aos Governos Militares tomava outras roupagens.

O estudo aqui apresentado tem o recorte espacial do Distrito Federal, mas, internamente, para fins de apreensão da sua dinâmica territorial, o analisa a partir das sucessivas fragmentações em Regiões Administrativas (RAs) que, hoje, totalizam trinta e quatro unidades, tendo, no seu nascedouro, apenas oito.

A análise feita segue as orientações metodológicas de Vasconcelos (1999a, 1999b e 2009) em proposta já aplicada em diferentes recortes espaciais e temporais (ANDRADE, 2005 e 2013) e, agora, pensa-se que de forma inovadora, serve de sustentação para uma leitura socioespacial de um tempo breve e recente.

No escrito que segue, dado à dimensão de um texto em artigo científico, apresenta-se a aplicação da metodologia e análise dos dados da pesquisa primária e secundária na avaliação do contexto espacial em três níveis escalares (mundial, nacional e local), identifica-se os principais agentes de produção do espaço e faz-se uma avaliação de um desses agentes: a população imigrante. Com a continuidade dos estudos/pesquisa haverá produção futura acerca dos demais agentes e das transformações espaciais ao final do período.

Contexto em três níveis escalares

Nesta síntese que segue de contextos em três níveis escalares, sob o risco da superficialidade, optou-se pelo foco nas transformações espaciais no DF, notadamente em função do fator indutor, ou revelador, da criação das RAs. Nesse sentido, a breve abordagem prioriza os eventos que tiveram alguma repercussão direta ou indireta na dinâmica urbana local. Assim, acompanha-se a orientação de Vasconcelos (2002, p.20) quando escreve que

Num trabalho de longa duração a quantidade de eventos é enorme, e tanto o geógrafo como o historiador precisam fazer escolhas: daí a importância do que é fundamental, do que é original, do que é estruturante, do que transforma a cidade. Tanto são mais importantes alguns momentos, quanto determinados espaços em que ocorreram os eventos e as transformações.

No contexto mundial², destaca-se para o período o ápice do sombrio embate ideológico/militar entre as esferas globais capitalista e socialista. Sendo essa a principal faceta da Ordem Bipolar que preponderou, em escala mundial, do final das grandes guerras até o esfacelamento do bloco socialista, ao final da década de 1980.

A supremacia do regime capitalista não derivou de acontecimentos puntiformes, mas da conjunção entre a deterioração de ditaduras socialistas e a transição do capitalismo industrial/concorrencial para uma forma mais apurada e cruel, a financeira/monopolista/informacional, esta, alavancada pela ação das corporações transnacionais, pela reconstrução europeia, pelo aparecimento de fortes mercados no

² Cf. Andrade (2010).

orientes asiáticos e, já ao final da década de 1970, pelo espantoso advento tecnológico – especialmente no setor de telecomunicações e informática.

Bob Jessop fez uma avaliação precisa do “breve século XX”³ quando analisou a transição entre o fordismo e o pós-fordismo detalhando as repercussões deste enquanto processo de trabalho, regime de acumulação, modo de socialização e regulação, em síntese, ele escreve que o fordismo, decisivo para a organização da sociedade mundial até a crise da década de 1970, se define

“(…) em termos de núcleo de um modo de regulação cujas características mínimas compreendem: uma relação salarial onde os salários se indexam com o crescimento da produtividade e da inflação; o Estado tem um papel chave na administração da demanda; e as políticas do Estado ajudam a generalizar as normas do consumo em massa” (JESSOP, 1999, p. 40).

Foi neste contexto de expansão do fordismo sustentado em empresas petrolíferas e automobilísticas e forte intervenção do Estado que a cidade de Brasília foi fundada, entretanto, o final do período aqui proposto (década de 1980) já reflete o falecimento daquele modo de regulação, causado fundamentalmente pelos choques do petróleo⁴ e esgotamento dos mercados nacionais e posterior transição para o modelo neoliberal pós-fordista.

Na escala nacional, alinhados com a expansão do capitalismo no âmbito mundial e com a forte influência norte-americana e europeia no Brasil, uma série de eventos desencadearam um forte processo de interiorização com expansão da malha rodoviária de cobertura asfáltica e formação de um mercado nacional. A vetorização desses elementos teve na construção de Brasília e na posterior atratividade demográfica dessa região, a concretização do processo de formação de uma rede urbana nacional.

O processo de industrialização, já iniciado anos antes, na Era Vargas, de forma contundente, porém centralizado no eixo do Sudeste, ganhou com Juscelino Kubistchek e os seguintes Governos Militares estratégias (Plano de Metas e PNDs) de expansão, descentralização e forte sustentação em capitais e tecnologias externas. A consequente ampliação e diversificação do parque industrial estiveram atreladas a megaprojetos da construção civil e à euforia econômica do desenvolvimentismo Kubistchequiano e do “Milagre Econômico” da década de 1970.

Uma rede urbana, prioritariamente rodoviária, com eixos radiais partindo de Brasília e articulação em faixas latitudinais, mormente junto ao litoral (BRs 101 e 116),

³ Terminologia utilizada por Eric J. Hobsbawm (2003) na indicação de que o século XX se inicia, segundo uma lógica não cronológica simples, diante da distinta realidade imposta ao antigo imperialismo a partir da Primeira Guerra Mundial, 1914, e se finda com a queda do socialismo (dissolução da URSS) em 1991. Um século “curto”, mas de significativa densidade nos fatos, englobando as duas Guerras Mundiais e o período da Ordem Bipolar.

⁴ Sucessivas crises político-territoriais nas décadas de 1970 a 1990 envolvendo países exportadores de petróleo e repercutindo no preço do produto base da matriz energética mundial.

ampliou em meados do século XX os fluxos migratórios inter regionais e gerou uma exponencial ocupação demográfica do interior do Brasil⁵, capitaneados pela atratividade da nova capital, mas também por outros fatores, como a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste do território nacional e os projetos de “colonização” da fronteira amazônica (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p.271-272)

Do ponto de vista econômico, o período aqui trabalhado conviveu com momentos antagônicos: euforia do milagre econômico na década de 1970 e a “década perdida”, com recessão e forte crise inflacionária na década de 1980.

Fausto (1998, p. 514) é veemente na associação entre o desenvolvimentismo econômico e as grandes empresas que, desde JK, catapultaram os dados de crescimento econômico e o associaram ao profundo endividamento e crise posterior:

[No] campo da política econômica, seria equivocado pensar que tudo mudou após 1964. Permaneceu o princípio da forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia [...] O modelo que se esboçara no período Juscelino tomou ampla dimensão. Os empréstimos externos e o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro tornaram-se elementos essenciais para financiar e promover o desenvolvimento econômico. Esse modelo – chamado de desenvolvimento associado – privilegiou as grandes empresas, certamente as multinacionais, mas também as nacionais, tanto públicas como privadas.

É evidente que os reflexos deste contexto nacional repercutiram fortemente na dinâmica dos espaços urbanos, notadamente, na capital que, recém criada, vivia o seu momento mais brusco de crescimento físico, econômico e demográfico, como se verá adiante.

Na perspectiva política, no recorte temporal aqui proposto para esse período (1964-1988), viveu-se uma longa ditadura do capitalismo de direita conduzida pelos militares (alinhado com um contexto internacional, ou ao menos continental, que também experimentava regimes autoritários). Os governos militares impunham gestores nas variadas esferas e assim foi com os primeiros prefeitos de Brasília e com, após 1969, os seis sucessivos governadores, até o voto indireto que fez, em 1989, o primeiro governador eleito do DF e marcou uma data próxima ao “corte” entre os períodos aqui propostos (o trabalhado neste texto e os que seguem com a continuidade da pesquisa).

No contexto local, uma sucessão de eventos merece menção. Alguns antecedem a criação das Regiões Metropolitanas, todavia, conforme indicado anteriormente, repercutiram diretamente na ocupação e construção física do espaço do DF.

Apesar dos projetos de longa data para a mudança da capital para o planalto central brasileiro (VIDAL, 2009), apenas em 1956, com a Lei 2.874, que foi

⁵ Ressalva-se que, não obstante o crescimento mais acelerado da povoação interior, as faixas de maior densidade demográfica permaneceram ligadas à ocupação histórica da borda atlântica.

efetivamente criada a Comissão Parlamentar da Mudança da Capital. Propôs-se então a criação da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) e iniciaram as obras de construção de Brasília, com destaque, já nesse momento ao inevitável “aparecimento” de acampamentos de trabalhadores e núcleos de ocupação residencial e funcional para além do Plano Piloto que ia se edificando, a exemplo da Cidade Livre, hoje o Núcleo Bandeirante; de Taguatinga, em terras do município de Luziânia, em 1957, naquele momento, com 243.575 habitantes; da Candangolândia, em 1959; de Sobradinho e Gama, em 1960. Dada a afluência migratória para a região, mesmo depois da edificação de Brasília, novos núcleos de povoamento foram legalmente criados, como o Guará, em 1968 e Ceilândia, em 1971 (ARPDF, 2010).

Coerente com a lógica de acessibilidade imposta à nova capital construída no interior do país, antes mesmo da sua “inauguração”, no ato solene de 21 de abril de 1960, foi aberto o aeroporto, em 1957 e o início da rodovia Belém-Brasília, em 1959.

Em 1960, assumiu o primeiro prefeito do DF, em Brasília, Israel Pinheiro e nos nove anos seguintes houve a sucessão de onze outros entre interinos e efetivos. Após 1969, a função do prefeito de Brasília passou a ser exercida pelo cargo criado de Governador do DF, o que denota a maior dimensão da região com uma ocupação que se densificava para além do plano inicial. Nesse período ditatorial, foram os seguintes governadores empossados com cargos efetivos (outros tantos assumiram provisoriamente): entre 1969 e 1974, o primeiro governador do DF, Hélio Prates da Silveira; entre 1974 e 1979, Elmo Serejo Farias; entre 1979 e 1982, o terceiro governador, Aimé Alcibíades Silveira Lamaison; entre 1982 e 1985, José Ornellas de Souza Filho; entre 1985 e 1988, José Aparecido de Oliveira e, entre 1988 e 1990, depois, entre 1990 e 1994, o último governador indicado e primeiro eleito, Joaquim Domingos Roriz, já ultrapassando o recorte temporal aqui proposto para este primeiro período.

Conforme indicado alhures, em 1964 foi definida a organização administrativa do DF em Regiões Administrativas a partir da sanção da Lei 4.545 10dez1964.

Em 1987, aconteceu a regulamentação, candidatura e tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Acompanhando o pensamento de Costa (2011) a patrimonialização da cidade impôs, necessariamente, novas formas de se relacionar com o espaço urbano, visto que no encontro entre o núcleo tombado com as restrições urbanísticas determinadas pelo festejado “selo” e a dinâmica de uma mancha urbana que se dispersava pelo território não foram poucas as diferenciações espaciais e conflitos decorrentes.

Agentes de produção do espaço: o caso da população imigrante

A difícil tarefa de estabelecer um elenco de agentes atuantes na produção do espaço passa pelo entendimento precípua da unicidade como característica fundamental da categoria analítica do objeto de estudo da Geografia. Cada espaço, em cada período histórico distinto, reflete e condiciona ações combinadas ou conflituosas de agentes

hegemônicos e hegemonzados. Observando essa premissa, relaciona-se para esse primeiro período os seguintes agentes: a população de *imigrantes* (funcionários públicos, empreendedores, trabalhadores da construção civil e outros) que tanto formaram demanda solvável para o mercado imobiliário e serviços da cidade que se edificava como resultaram em subversões ao plano de povoamento do DF; o *Estado* (tanto no nível Federal como Distrital) atuando como principal agente regulador da ocupação local e regional, fazendo repercutir no espaço construído ou a ser ocupado, as suas intencionalidades ou acordos com demais agentes; os *proprietários fundiários e imobiliários* (donos da terra desocupada e/ou com rápida perspectiva de ganhos exponenciais pela transformação em “terra urbana”), agentes decisivos no movimentado e obscuro mercado das terras em Brasília; e os *incorporadores/empresários*, muitos assumindo dois ou mais papéis e articulando interesses mútuos.

Os dados acerca dos fluxos migratórios, Tabela 01, revelam a região que viveu, nas últimas décadas do século XX, o maior dinamismo demográfico do território brasileiro no tocante à chegada de *imigrantes*, mormente no período aqui analisado quando o fluxo para a construção e ocupação da nova capital foi estimulada pela mídia e poder estatal.

É evidente que o percentual de crescimento da primeira década é assustador, mas ele diz respeito a um território em fase de ocupação. Entretanto, o ritmo continuou acelerado para as décadas seguintes, mesmo de 1980 para 1990, alcançou-se uma média de crescimento populacional para além da nacional que era de 25,75%. Ressalva-se que não se considera com esses dados as manchas de ocupação que também se adensavam na borda do território do DF, o que, certamente produziria dados ainda mais relevantes.

Um passo fundamental para entender o papel dos imigrantes na ocupação do DF⁶, neste primeiro período estudado, é o de tentar identificar os seus principais papeis como produtores do espaço, nesse sentido, há que se diferenciar os distintos grupos de imigrantes.

Tabela 01: População absoluta do Distrito Federal (1960 – 1990)

Ano	Habitantes do DF	Percentual de crescimento demográfico
1960	140.165	
1970	537.492	283,47%
1980	1.176.935	118,96%
1990	1.601.094	36,03%

Fonte: IBGE (30Nov2015)

⁶ Temática já trabalhada, em outras perspectivas, por Vasconcelos (2010).

Ainda que faltem dados demográficos mais apurados em relação ao labor ou mesmo renda média destes imigrantes, pode-se afirmar que, em linhas gerais eram constituídos por três conjuntos: os funcionários públicos, inclusive políticos e seu séquito, que vieram ocupar o Plano Piloto, boa parte derivada do Rio de Janeiro e com condições de habitação e trabalho estabelecidas na nova capital; os empresários e outros profissionais liberais dos mais diversos portes que viam na cidade em construção uma oportunidade de empreendimento lucrativo (o que, em larga escala, se confirmou) e que, como o poder de renda conseguiram se estabelecer em áreas com alguma infraestrutura urbana, inclusive nas cidades-satélites que também se edificavam e adensavam demograficamente neste momento; por fim, em maior número, uma massa de imigrantes de baixa qualificação (muitos de origem rural) e renda que afluíram para o “eldorado” que era anunciado no Planalto Central e ocuparam os interstícios dos “canteiros de obras”, invadindo conjuntamente glebas de terras e determinando ações de regularização que consolidaram diversos núcleos de povoamento no DF.

A Tabela 02 dá sinais dessa ocupação diferenciada do território do DF, mormente no tocante ao percentual demográfico e volume de povoamento do território na comparação direta da Região Administrativa 1 – Brasília – e o restante do espaço distrital.

Tabela 02: Percentual da população do DF: referência à RA 1 (1960 – 1980)

Ano	Percentual da RA 1 – Brasília	Percentual das demais RAs
1960	44,38	55,62
1970	25,38	74,62
1980	21,49	78,51

Fonte: CODEPLAN(Nov.2016)

A acintosa redução percentual da população do centro em relação ao restante do espaço do Distrito Federal revela com clareza o adensamento das manchas de povoamento das demais Regiões Administrativas, não obstante o constante crescimento da população total da RA 1, em termos percentuais há uma inversão dos números entre as duas regiões: em 1960 o percentual da população da RA 1 era de 44,38% e das demais 55,62%, e duas décadas após, em 1980, passam a 21,49% e 78,51%, respectivamente. A distinção estava irremediavelmente associada ao labor (algumas atividades que destinavam aos trabalhadores apartamentos funcionais no Plano Piloto, mesmo com menor capacidade de renda que os demais ocupantes desta área, a exemplo dos militares) e capacidade financeira para ocupar o centro.

Não obstante os riscos de toda generalização, é possível, à luz das informações de fontes secundárias, arriscar que houve diferentes “levas” de imigrantes para o DF: (1) Num primeiro momento, os operários que ergueram a cidade e, logo depois as suas famílias; Após a cidade construída, uma série de funcionários públicos foram transferidos, principalmente do Rio de Janeiro, capital federal anterior; (2) Com a efervescência da ocupação de uma cidade capital em terreno virgem, muitos empresários de diversos portes e atividades migraram em busca de oportunidades; (3) Por fim, cidade

erguida e sendo ocupada, houve um contínuo fluxo de imigrantes de baixa renda, “enviados” pelos diversos fatores de repulsão nas regiões e áreas mais pobres do Brasil, que aportavam em busca de novas perspectivas de vida no centro do território nacional.

Tentando seguir as determinações do plano de ocupação de Brasília, os imigrantes, notadamente os trabalhadores de baixa renda que não tinham capacidade financeira ou vínculo laboral de permanecer no Plano, eram destinados às cidades-satélites, que assumiam a função de “receber” os operários da construção da capital, porém com um relativo distanciamento do plano piloto de Brasília. Com o passar dos anos essas manchas de ocupação se tornaram periferias urbanas empobrecidas, com carências infraestruturais e com poucas âncoras econômicas que retivessem a população residente que crescia vertiginosamente, impactando, como se verá adiante, num forte fluxo pendular em direção à centralidade econômica do DF.

Dando pistas sobre a ocupação dispersa em manchas de povoamento do DF, Juscelino Kubistchek, o então presidente da República, escreveu num livro retrospectivo que, na inauguração de Brasília, a “população da Cidade Livre já era de 5 mil habitantes [... em] Taguatinga, 15 mil e havia também Sobradinho, outra cidade-satélite, cujo desenvolvimento era espantoso” (OLIVEIRA, JK. 1978, p. 145 e 374).

No mesmo livro, complementa que

O imenso espaço vazio do Planalto já não se mostrava tão deserto como antes. Operários chegavam de todas as regiões do país em busca de trabalho. No rastro dos candangos, surgiam as atividades comerciais pioneiras. Formara-se o Núcleo Bandeirante, ou melhor, a Cidade Livre, onde era permitido à iniciativa particular desenvolver-se, fornecendo o necessário aos moradores de Brasília. (OLIVEIRA, JK. 1978, p.129).

Nuanças de uma fase de povoamento do território que suscita uma relativa integração de manchas claramente segregadas na perspectiva funcional e socioeconômica.

Ratifica-se que o saldo migratório foi tão significativo na ocupação do DF que Peluso e Oliveira (2012, p.51), sugerem que “os problemas e as soluções espaciais propostas pelo crescimento demográfico nortearam a urbanização e a ocupação do território”. Acredita-se, entretanto, que o crescimento demográfico (de fato, para além do plano de ocupação) também foi utilizado como “moeda de troca” para suscitar sobrevalorização no mercado de terras do Distrito Federal e induzir planos de ocupação coerentes com a proposta territorial associada aos interesses dos agentes hegemônicos.

Considerações Finais

Nesse pretenso arremate, ratifica-se a factual aplicabilidade da metodologia de abordagem ensinada por Vasconcelos (1999a, 1999b e 2009). A proposta se aplica a estudos de Geografia Histórica e parte de uma periodização previamente estabelecida

(coerente com o espaço tempo em foco) e, para cada período busca-se a análise das transformações espaciais decorrentes das articulações e choques de interesses entre os diversos agentes de produção do espaço. Antecedendo a identificação dos agentes e, mesmo as transformações espaciais, busca-se uma análise multiescalar do contexto que antecede cada período, relacionando assim variáveis de repercussão local, no campo das horizontalidades, e outras impostas em redes hierárquicas, no campo das verticalidades.

O exercício aqui desenvolvido mostra o alcance desta supramencionada metodologia para diversos recortes espaço temporais, mormente no aqui proposto, um tempo recente (menos de um século) e de um espaço também recentemente produzido. O que suscita mesmo uma discussão de fundo sobre o alcance e os limites de estudos no campo da Geografia Histórica.

No caso do DF, trata-se de um território produzido a partir de um projeto federal, com a implantação de um plano urbano num espaço parcamente ocupado que, não obstante a articulação de interesses dos agentes hegemônicos, contou com um afluxo de imigrantes que gerou uma série de “fatos novos” no espaço vivido, notadamente a pressão demográfica aos serviços da cidade recém implantada e um adensamento populacional de baixa renda no entorno do Plano Piloto que subvertia a perspectiva do projeto inicial alterando a dinâmica espacial de todo o conjunto urbano.

A continuidade da pesquisa com o aprofundamento dos estudos/pesquisas sobre os demais agentes já arrolados e, fundamentalmente, a identificação e análises sobre as transformações espaciais decorrentes dos jogos de poder e do exercício do cotidiano darão pistas, ainda mais elucidativas, sobre a dinâmica espacial do complexo urbano que temos hoje na área metropolitana de Brasília.

Suscitando a continuidade da pesquisa, além dos mencionados estudos prévios de implantação da nova capital federal, pensa-se em, pelo menos, dois outros períodos do final dos Governos Militares até os nossos dias, quais sejam: um recorte imediatamente após a redemocratização até o ano de 1994, quando já contavam 19 Regiões Administrativas, sugerindo uma complexidade espacial e, certamente, jogo de influências na produção do espaço do DF e, um último período de 1994 a 2020 quando foram anunciadas as mais recentes RAs (Araponga, Arniqueiras e Por do Sol/Sol Nascente), totalizando as 34 existentes até a data em que este artigo foi escrito (O GLOBO, Fev2021).

Para muito além de um mero olhar para o passado com a coletânea de dados históricos, acredita-se que os estudos da Geografia Histórica, como esse aqui apresentado, possibilitam a compreensão do espaço hodierno a partir do entendimento da articulação de interesses e forças (endógenas e exógenas) que, paulatinamente, produziram o espaço urbano em que vivemos. Esta é uma perspectiva de análise que propõe, apoiada na análise das sucessivas transformações espaciais pretéritas, dar pistas que possibilitem compreender a dinâmica territorial e os arranjos atuais.

Referências

- ABREU, Maurício de A. Construindo uma geografia do passado. Rio de Janeiro – cidade portuária. *Geosp*, vol. 7, p. 13-25, 2000.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. *O espaço em movimento: a dinâmica da Pituba no século XX*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. Desafios para estudos de Geografia Urbana de cunho histórico. *Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Bogotá/Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2007, v.1. p.1-14.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. Novas variáveis para o trato do território na contemporaneidade. *Revista Finisterra*. v. XLV, Lisboa/Portugal: Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa, 2010, p.157-170.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. *O outro lado da Baía*. A gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2013.
- ARPDF (Arquivo Público do Distrito Federal). *Brasília 50 anos*. Patrimônio Cultural da Humanidade. Brasília: ARPDF, 2010.
- BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a Metrópole*. A mancha urbana de Brasília. Brasília: Editora Sinduscon/DF, 2010.
- CODEPLAN, *População do DF*. RA 1 – Brasília. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/boletim-estatisticas-publicas-bep/> Acesso em: Nov.2016
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- COSTA, Everaldo B. *Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- COSTA, Lúcio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. *Anais do I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília*. Estudos e Debates. Brasília: Senado Federal, 1974.
- COSTA, Lúcio. *Brasília revisitada*. Decreto n.10.829, de 14 de outubro de 1987. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília.
- COSTA, Graciete Guerra. *As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011*. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, FAU, 2011.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censos Demográficos*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1286&z=cd&o=2&i=P> Acesso em: 30Nov2015.

FAUSTO, Boris *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). *Portal do Governo do Distrito Federal: Administrações Regionais*. Disponível em: <http://www.df.gov.br/sobre-o-governo/administracoes-regionais.html>. Acesso em: 13Nov2013.

HOLANDA, Frederico de. *Brasília – cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAU/UNB, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª Ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

JESSOP, Bob. *Crisis del Estado de Bienestar*. Hacia una nueva teoría y sus consecuencias sociales. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Nacional de Colombia, 1999.

O GLOBO. *Ibaneis cria mais 3 regiões no DF e dá ultimato a equipe: resultados precisa aparecer em 100 dias*. Arapoanga, Arniqueiras e Por do Sol/Sol Nascente foram desmembrados de Planaltina, Águas Claras e Ceilândia, respectivamente. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/04/ibaneis-cria-mais-3-regioes-no-df-e-da-ultimato-a-equipe-resultados-precisam-aparecer-em-100-dias.ghtml>. Acesso em: 21Fev2020.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Meu caminho para Brasília*. 3º v. Cinquenta Anos em Cinco. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1978.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2010a. [1ª ed. 1985].

PAVIANI, A.; BARRETO, F.F.P.; FERREIRA, I.C.B.; CIDADE, L.C.F.; JATOBÁ, S.U. (Orgs). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.

PELUSO, M. L.; OLIVEIRA, W. C. de. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. 2 ed. Brasília: Editora Candido Calazans, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHVARSBERG, Benny. O processo de planejamento urbano e territorial de Brasília. In: SABÓIA, L.; DERNTL, M.F. (org.) *50 + 50: cidade, história e projeto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014, p. 50-72.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Cenários demográficos para a Área Metropolitana de Brasília. In: PAVIANI, A.; BARRETO, F.F.P.; FERREIRA, I.C.B.; CIDADE, L.C.F.; JATOBÁ, S.U. (Orgs). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010, p.397-426.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: UFBa/Mestrado em Geografia, 1999a, p.191-201.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Como estudar a cidade na longa duração (A noção do tempo na Geografia). *Formação*, Presidente Prudente, v. 6, p. 75-90, 1999b.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: Transformações e Permanências (1549-1999)*. Ilhéus/BA: Editus/UESC, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. *Geotextos*, Salvador, v. 5, p. 147-157, 2009.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX – XX)*. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

Adriano Bittencourt Andrade

Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, ambos pela Universidade Federal da Bahia, com estágio de pós-doutoramento em Geografia pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor efetivo do Ministério da Defesa, vinculado ao Colégio Militar de Brasília.

SQN 102, Bloco C, ap. 506, 70722030, Brasília/DF.

E-mail: abittandrade@hotmail.com

Orcid: 0000-0003-2176-5427

Recebido para publicação em maio de 2021.
Aprovado para publicação em outubro de 2021.